



Despacho:

Relatório Preliminar das Propostas

Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro

Procedimento por Ajuste direto Regime Geral: 2017/300.10.005/9 -----

Contratação: Aquisição de trator agrícola-----

Membros do júri: -----

Presidente do Júri: Miguel Falcão-----

1º Vogal: Paulo Sobral-----

2º Vogal: Helena Leal-----

1º Vogal Suplente: Ricardo Barbosa-----

2º Vogal Suplente: Dalila Santos-----

Com referência aos elementos abaixo discriminados e em cumprimento do disposto no nº 1, do artº 122º, do Decreto-Lei nº18/08, de 29 de janeiro (CCP), reuniu em vinte e três de janeiro de 2017, o júri designado para este procedimento, com o fim de proceder à elaboração do Relatório Preliminar das propostas apresentadas, tendo por base o critério de adjudicação adotado. -----

I – Análise das Propostas: -----

1 - Apresentaram propostas as seguintes empresas: -----

Agridirect, Precisão Agrícola Unipessoal, Lda., com entrada em 09/01/2017 às 16:31 horas; -----

Irmãos luzias – Máquinas e Alfaías Agrícolas, Lda., com entrada em 10/01/2017 às 12:34 horas; ---

MaquiRural – Equipamentos Agrícolas, Lda., com entrada em 10/01/2017 às 15:46 horas; -----

2- Seguidamente, o júri apreciou as propostas, segundo o art. 122º do Código dos Contratos Públicos (CCP), tendo por base o critério de adjudicação fixado – mais baixo preço, propondo o seguinte: -----

A admissão da proposta do concorrente: -----

- **Irmãos Iuzias – Máquinas e Alfaías Agrícolas, Lda.**, com proposta no valor de € 40.000,00 (Quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor-----

A exclusão das propostas apresentadas pelos concorrentes pelas mesmas serem superiores ao valor base fixado no procedimento: -----

- **Agridirect, Precisão Agrícola Unip., Lda.**, com proposta no valor de € 41.000.00 (Quarenta e um mil euros), acrescido de IVA à taxa em vigor; -----

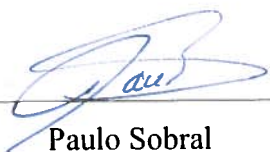
- **MaquiRural – Equipamentos Agrícolas, Lda.**, com proposta no valor de € 42.500,00 (Quarenta e dois mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa em vigor; -----

Finalmente, se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior e tendo em conta o disposto no art.º 123º, do Decreto-Lei nº18/08, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o júri procederá à notificação dos concorrentes para se pronunciarem, por escrito, no prazo de cinco dias úteis, ao abrigo do direito de audiência prévia, sendo disponibilizado para o efeito o presente Relatório Preliminar. -----

O Júri,



Miguel Falcão, Arqº



Paulo Sobral



Helena Leal, Drª